

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESG E AGENDA 2030 EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: O case da Assembleia Legislativa do Ceará.

Gabriel Lobo de Carvalho¹

Emanuel Freitas da Silva²

RESUMO

A crescente demanda por transparência e responsabilidade social e ambiental têm chamado atenção das instituições públicas, que estão passando por um processo de mudança em seus papéis de governança. Nesse contexto, a comunicação institucional torna-se uma ferramenta estratégica essencial para garantir o engajamento dos colaboradores nesse processo. Trazer a Assembleia Legislativa como um estudo de caso é notar uma instituição centenária que passou por esse processo de transformação nos últimos anos e alcançou êxito, recebendo os devidos reconhecimentos nacionalmente.

Palavras-chave: Assembleia Legislativa; responsabilidade social; responsabilidade ambiental; instituições públicas.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o conceito de ESG — sigla para (*Environmental, Social and Governance*) — tem ganhado relevância no novo contexto global. O termo foi cunhado em 2004 em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada *Who Cares Wins*, surgindo de uma provocação do então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, a 50 CEOs de grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais.

Inicialmente incorporado ao setor privado como um diferencial atrativo para novos modelos de negócio, o ESG passou a ser visto como um conjunto de práticas fundamentais para organizações públicas (MARX, César Augusto, 2021, p.115) que buscam alinhar seu desempenho institucional a valores éticos, sustentáveis,

¹ Gabriel Lobo de Carvalho; Bacharel; Gabriel_lobo@yahoo.com.br.

² Emanuel Freitas da Silva; Doutor; Emanuel.freitas@uece.br.

inclusivos e transparentes. No campo governamental, esse movimento ainda está em processo de consolidação, mas cresce à medida que a sociedade cobra maior responsabilidade socioambiental das instituições e de gestores que a representam.

A construção de políticas sustentáveis em instituições públicas requer não apenas novidades nos processos internos e remanejamento de recursos, mas também o comprometimento dos servidores. Nesse contexto, a comunicação institucional emerge como uma ferramenta estratégica para promover entendimento, mobilização e entregar legitimidade ao processo.

Desse modo, a comunicação institucional, quando bem planejada e executada, potencializa percepções, gera engajamento e dá visibilidade às ações de ESG. Ela não apenas informa, mas também educa, inspira e convida à participação ativa. A comunicação, usada em um tom assertivo, corrobora para tirar os receios do que é novo para gerar um pertencimento daquilo que está sendo implementado.

Neste cenário, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) se destaca como um case relevante. A instituição vem adotando uma série de medidas voltadas à sustentabilidade ambiental, fortalecimento de políticas sociais e à melhoria da governança interna. As mudanças começaram em 2021, por meio de uma série de transformações internas, permeadas com a criação do Comitê de Responsabilidade Social (CRS) e do Centro de Mediação e Gestão de Conflitos, fazendo com que a Alece desse um passo importante no sentido de institucionalizar essas práticas.

A escolha do tema deste artigo se justifica pela relevância crescente do ESG no setor público e pelo papel estratégico que a comunicação ocupa nesse processo. Além disso, a experiência profissional vivenciada, de 2021 a 2024, no ambiente da Assembleia Legislativa do Ceará me permitiu, enquanto jornalista, uma observação direta das ações em curso, trazendo uma perspectiva prática de todo o processo. Ao analisar a relação entre comunicação e ESG na Alece, pretende-se contribuir com reflexões aplicáveis a outras instituições públicas, não somente na esfera estadual, como também nacional.

2 O ESG NO SETOR PÚBLICO DO BRASIL

Embora a Constituição Federal de 1988 não mencione o termo ESG, é correto afirmar que os princípios e objetivos estabelecidos por ela são a base para a

evolução das questões ambientais, sociais e de governança no Brasil. A afirmação em questão destaca o papel da Constituição como um marco fundamental para a construção de uma sociedade que, ao buscar ser "livre, justa e solidária", criou as condições necessárias para o desenvolvimento posterior de práticas mais alinhadas com o ESG.

Um marco determinante para a adesão do ESG nas instituições públicas e privadas brasileiras veio em 2003, quando o país aderiu ao Pacto Global da ONU, fortalecendo o compromisso na construção de um futuro mais sustentável. Quem integra o Pacto Global também assume a responsabilidade de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), componentes da Agenda 2030, aprovada, por consenso, em 2015, pelo Brasil e os outros 192 países-membros da ONU. A Agenda apresenta um plano de ação de 2015 a 2030 para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade.

Figura 1 - Os 17 ODS



Essa crescente busca das nações em se adequar às novas práticas de gestão e se alinhar ao contexto internacional, a exemplo da implementação de medidas para fortalecimento da governança pública, aproximou, de certa forma, o modelo ESG já adotado no setor privado aos componentes públicos.

Nesse contexto, Augusto e Petiz (2020) apontam para a necessidade de os órgãos governamentais se prepararem para lidar com essas questões, pois, à medida que mais organizações privadas adotarem os critérios ESG em suas decisões, os

entes públicos terão de se qualificar para se adequarem às novas exigências do mercado.

Para o setor público, embora não haja o apelo do acréscimo de valor comercial aos seus entes por meio das práticas de ESG, em razão da ausência do objetivo de geração de lucro, pode-se observar a questão do ponto de vista da finalidade precípua da Administração Pública, qual seja a de zelar pelos interesses da sociedade e, sob a ótica da economia, a possibilidade de fazer melhor gestão do orçamento público com base em práticas de desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, 2023).

No Brasil, em se tratando de organizações governamentais, o Tribunal de Contas da União (TCU) é reconhecido como um dos precursores na adoção e difusão dos princípios ESG. A atuação do órgão nesse campo teve início em 2020, com a criação do Programa TCU + Sustentável, voltado a incorporar práticas sustentáveis em sua gestão interna e a estimular outros órgãos públicos a fazerem o mesmo. O programa se tornou um marco ao integrar políticas de eficiência energética, gestão de resíduos, acessibilidade e bem-estar no ambiente de trabalho, alinhando-se às diretrizes da Agenda 2030 da ONU (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2020).

A partir de então, o TCU passou a exercer papel de liderança institucional na consolidação do ESG no setor público, não apenas implementando medidas internas, mas também orientando e fiscalizando políticas públicas sob a ótica da sustentabilidade e da boa governança. Em 2021, o Tribunal lançou publicações e painéis técnicos sobre ESG e sustentabilidade na gestão pública, consolidando-se como referência nacional na temática. Essa atuação inspirou diversos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais a incorporarem práticas de governança responsável, transparência e compromisso ambiental em suas rotinas administrativas.

Um outro exemplo é a Petrobras, estatal de economia mista, que teve suas primeiras iniciativas sustentáveis estruturadas em meados de 2002, quando a companhia lançou sua Política de Responsabilidade Social e Ambiental, incorporando metas de desempenho socioambiental em suas operações e relatórios anuais. Um ano depois, em 2003, a Petrobras aderiu ao Pacto Global da ONU, norteando sua gestão em pilares com foco em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção (PETROBRAS. Relatório de Sustentabilidade 2020).

2.1 COMO SE PORTA O GOVERNO DO BRASIL JUNTO AOS CRITÉRIOS ESG NA GESTÃO LULA (2023/26) E A COP 30

Reeleito ao governo do Brasil para a gestão entre os anos 2023 a 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem adotado práticas que visam a preservação dos recursos naturais da nação. Uma das principais ações foi trazer a Conferência do Clima da ONU (COP 30) para o país, um evento que reuniu os grandes líderes globais para discutir soluções para as mudanças climáticas do planeta.

Ao discursar perante chefes de estado de todo o mundo, o Governo do Brasil se colocou favorável que a ciência deve ser o principal guia das decisões do cenário ambiental internacional. “É o momento de levar a sério os alertas da ciência. É hora de encarar a realidade e decidir se teremos ou não a coragem e a determinação necessárias para transformá-la”, declarou Lula na ocasião.

Na COP 30, o Brasil anunciou a criação e liderança da Coalizão Aberta de Mercados Regulados de Carbono, iniciativa considerada um dos avanços mais concretos do evento em direção à descarbonização da economia global. O mecanismo parte de um princípio econômico claro: atribuir valor financeiro à emissão de gases de efeito estufa, estabelecendo incentivos e penalidades que induzem à redução de emissões. Nesse modelo, é definido um teto máximo de emissões para cada setor ou empresa. Organizações que emitem abaixo do limite estabelecido geram créditos de carbono, enquanto aquelas que ultrapassam o limite são obrigadas a adquirir créditos adicionais para compensar seu excedente.

Trata-se de um instrumento regulatório que promove a transição para processos produtivos mais limpos e tecnologicamente eficientes. No Brasil, a Lei nº 15.042/2024 já institui um prazo de cinco anos para a implementação plena desse sistema, consolidando um marco regulatório nacional de precificação de carbono.

O posicionamento do Governo do Brasil na COP 30 vai de encontro a uma série de mudanças adotadas na atual gestão levando em consideração os critérios ESG. Chama atenção a medida adotada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que publicou uma resolução que torna obrigatória a adoção do Índice Mínimo de Eficiência Energética em novos projetos da construção civil.

Na prática, isso significa que tantos empreendimentos da iniciativa privada quanto os da administração pública deverão atender a padrões mínimos de eficiência energética. A ideia é que os produtos ou espaços construídos sejam mais eficientes e consumam menos energia. Até 2040, projeta-se que cerca de 17 milhões *megawatt*-

hora (MWh) sejam economizados, segundo estimativas do MME.

Diante os exemplos, pode-se chegar a conclusão que o Brasil se porta, na atual gestão, como um país preocupado frente às mudanças climáticas e procura seguir e propor novos critérios frente aos cuidados ambientais, seguindo, perante os casos expostos nesse artigo, o que estabelece os ODS 3, 7 e 13.

3 A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NO FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

Com o boom do modelo ESG nas organizações públicas, a comunicação corporativa tornou-se um instrumento estratégico essencial para a disseminação dos valores e para o cumprimento dos compromissos da Agenda 2030, fortalecendo a imagem das instituições frente à opinião pública. A comunicação institucional pode ser definida como “a responsável direta, por meio da gestão estratégica das relações públicas, pela construção e formatação de uma imagem e identidade corporativas fortes e positivas de uma organização” (Kunsch, p.164).

No âmbito da administração pública, Zémor (2009) defende que a comunicação pública é a troca e o compartilhamento de informações de interesses gerais. Duarte (2007) diz que, quando há a oferta dos mais diversos canais ao cidadão, e este interage com o Estado, a comunicação pública cumpre o seu papel, devendo ser compreendida com sentido mais amplo do que dar informação.

No setor público, a comunicação atua como um mecanismo de alinhamento entre políticas, gestores e sociedade, promovendo transparência, engajamento e credibilidade. Escaleras (2010, p. 135) destaca que o acesso à informação pública, além de constituir um direito fundamental, configura-se como uma ferramenta essencial no combate à corrupção e no fortalecimento do processo democrático. Partindo do pressuposto de que um cidadão bem informado está mais apto a compreender e reivindicar outros direitos fundamentais, torna-se indispensável estimular, desde cedo, a busca ativa por informação, favorecendo a formação de indivíduos críticos e engajados nas decisões que envolvem o poder público.

O direito de acesso à informação também se concretiza por meio da divulgação ativa de dados, sem a necessidade de solicitações formais, nos portais oficiais dos órgãos públicos. Essa prática, denominada transparência ativa, é uma exigência do Decreto nº 7.724/2012 (BRASIL, 2012), que determina a disponibilização de informações relativas à estrutura organizacional, programas e projetos, licitações,

bem como à execução orçamentária e financeira.

Segundo Franca Faccioli (2000) a comunicação das instituições públicas atende a duas exigências distintas: informar os cidadãos sobre seus direitos e a transparência; e promover processos de inovação institucional, especialmente na difusão de serviços que respondem às exigências dos cidadãos.

No contexto histórico do país, foi em 1950 que os primeiros trabalhos de comunicação institucional começaram a ser desenvolvidos, motivados pela instalação de indústrias e das agências de publicidade vindas dos Estados Unidos, no período do governo Juscelino Kubitschek, que havia assumido a presidência com o famoso lema “fazer 50 anos em 5”.

Setenta e cinco anos depois, a comunicação pública passou por mudanças, acompanhando os processos globais e avanços tecnológicos. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) destaca que os governos, ao fazerem a comunicação de seus atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos devem atender os princípios de caráter educativo, informativo ou de orientação social.

4 O CASE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ E O EXEMPLO DO PROJETO ECOA

Nesse contexto onde as instituições públicas se preocupam em cada vez mais aderir à Agenda 2030 e critérios ESG, a Assembleia Legislativa do Ceará surge como uma organização que despontou como um dos destaques no Brasil, sobretudo no que tange o período entre os anos 2020 e 2024. O principal impacto do Parlamento cearense veio com a criação do Comitê de Responsabilidade Social. De acordo com a Resolução nº 725/2021 da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CEARÁ, 2021), o Comitê de Responsabilidade Social foi criado com o objetivo de identificar, sistematizar e otimizar ações de responsabilidade social, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Comitê foi dividido em quatro células de atuação: Sustentabilidade e Gestão Ambiental, Fomento à Cidadania, Saúde e Segurança do Trabalho e Saúde Mental e Práticas Sistêmicas. Cada uma das células norteadas para realizar ações aos servidores e público geral levando em consideração os ODS.

Paralelo a criação do Comitê de Responsabilidade Social, em 2022 foi criado outro órgão, o Centro de Mediação e Gestão de Conflitos. Segundo a Resolução nº 739/2022, “o Centro de Mediação e Gestão de Conflitos tem como objetivo a

promoção de solução consensual de conflitos, com o fim de incentivar e fortalecer a cultura de paz” (CEARÁ, 2022, p. 302).

Um dos projetos que fizeram a Alece se tornar referência é o Ecoa (Educação Continuada Ambiental), que surgiu para propagar conhecimento ambiental e estimular uma cultura responsável pelo uso sustentável dos recursos naturais no âmbito do Poder Legislativo. Trata-se de um projeto que envolve os servidores da Alece, baseado em cursos, palestras, oficinas, blitz e campanhas educativas. O objetivo do programa é gerar essa conscientização, resultando, por exemplo, na redução do desperdício de água.

O sucesso do Ecoa fez com que a Alece fizesse história ao se tornar a única casa legislativa estadual do Brasil convidada para apresentar suas práticas de sustentabilidade na COP 28, realizada em Dubai, em 2023. No evento, a Casa legislativa levou à pauta internacional o seu painel intitulado “Implantação da Agenda 2030 na ALECE: promovendo a responsabilidade social por meio da educação e da adoção de critérios sustentáveis pelo poder público”, no qual destacou o projeto Ecoa.

Figura 2 - Site da Assembleia Legislativa comunica participação na Cop 28



4.1 METODOLOGIA PARA OS RESULTADOS DO TRABALHO

Para abordar a metodologia do estudo, adotei uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, centrada em uma entrevista com dois sujeitos-chave: o então presidente da Assembleia Legislativa do Ceará no período de 2020 a 2024, deputado Evandro Leitão, e sua esposa, Cristiane Leitão, primeira-dama da casa, idealizadora do Comitê de Responsabilidade Social do Parlamento. A escolha dessas fontes se

justifica pela posição estratégica de ambos na promoção e implementação de práticas ESG no Legislativo cearense. Essas entrevistas foram realizadas individualmente, com perguntas enviadas via e-mail, permitindo uma análise aprofundada das narrativas e dos resultados alcançados.

Complementando as entrevistas, utilizei uma análise documental para ligação dos dados. Essa etapa envolveu a sistematização de fontes oficiais da Assembleia Legislativa do Ceará, especialmente os balanços oficiais e notícias relacionadas ao impulsionamento do modelo ESG na Casa, como o lançamento do Selo Alece ESG na Gestão Pública, criado durante o mandato de Evandro Leitão.

A metodologia também incluiu uma breve entrevista com Giselle Dutra, Coordenadora de Comunicação Social, que falou sobre os desafios, limites da aplicação do ESG no Legislativo estadual e uma reflexão sobre a importância da comunicação nesse processo.

No desenvolvimento deste trabalho, também utilizei como metodologia a aplicação de uma pesquisa quantitativa por meio de um formulário Google direcionado aos servidores da Assembleia Legislativa que atuavam na instituição durante o período de implementação das práticas ESG. O objetivo dessa etapa foi compreender a percepção interna sobre o processo, avaliar o nível de conhecimento dos colaboradores acerca dos critérios ESG e identificar como a comunicação institucional influenciou a assimilação e a efetividade das ações adotadas pelo Parlamento.

Esses dados foram validados com os documentos públicos: por exemplo, a própria criação do Selo Alece ESG prevê diferentes níveis (Ouro, Prata, Bronze) para reconhecer os municípios, o que mostra uma estratégia escalonada e consciente de implementação. Além disso, a participação da Assembleia na COP 28, em Dubai, permitiu discutir no trabalho até que ponto a Alece tem se projetado internacionalmente como ator comprometido com a sustentabilidade.

4.2 O QUE DIZEM EVANDRO LEITÃO E CRISTIANE LEITÃO, RESPONSÁVEIS POR LEVAR O ESG PARA A ALECE

As entrevistas que fundamentam esta seção foram realizadas pelo autor deste trabalho, seguindo roteiro semiestruturado e conduzidas individualmente com Evandro Leitão e Cristiane Leitão, principais responsáveis pela consolidação da agenda ESG na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Evandro Leitão exerceu a presidência da Assembleia Legislativa nos biênios

2021-2022 e 2023-2024, período no qual liderou a incorporação institucional do ESG no Parlamento cearense. Quando questionado sobre como surgiu a ideia de trazer o conceito para a Alece, Leitão afirmou que *“o conceito de ESG, assim como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, já é amplamente difundido em todo o mundo e vem transformando a forma como governos, empresas e instituições enxergam seu papel diante da sociedade e do planeta”*. Segundo explicou, a tendência internacional evidenciava que o setor público também precisava se apropriar dessa agenda, adequando-a à sua realidade institucional. O presidente destacou ainda que a Alece tornou-se a primeira Assembleia Legislativa do Brasil a assinar um termo de cooperação com a ONU. Para ele, isso significou *“não apenas uma adesão a um conceito, mas um compromisso real com um novo modelo de gestão pública mais transparente, sustentável e humana”*.

Na sequência da entrevista, Evandro Leitão respondeu ao questionamento sobre os desafios e resultados do processo de implementação. Ele destacou que *“todo processo inovador traz desafios, e o maior deles talvez tenha sido a mudança de cultura organizacional”*. De acordo com o presidente, incorporar ESG ao cotidiano institucional demandou envolvimento das áreas, alinhamento de propósitos e mudança de mentalidade. Ele acrescentou que os resultados foram expressivos, destacando que *“conseguimos institucionalizar práticas sustentáveis, fortalecer políticas de diversidade e inclusão, aprimorar processos internos com base em transparência e responsabilidade social”*. Para Leitão, o reconhecimento nacional da Alece como referência pública em ESG *“enche de orgulho”* e confirma a relevância do trabalho realizado.

A segunda entrevista foi com Cristiane Leitão, idealizadora do Comitê de Responsabilidade Social da Alece, figura central na expansão das políticas ESG para além da gestão administrativa. Ao ser questionada sobre o papel da comunicação na sensibilização dos servidores e da sociedade, Cristiane afirmou que *“a comunicação teve um papel absolutamente estratégico nesse processo”*. Ela reforçou que implementar ESG exige transformação de mentalidade, um movimento que só ocorre a partir do diálogo e da clareza conceitual. Segundo sua avaliação, foi essencial traduzir o ESG para o cotidiano das pessoas, demonstrando que *“não é uma sigla distante, mas algo presente nas pequenas atitudes: no cuidado com o outro, no uso consciente dos recursos públicos, na ética das relações institucionais”*. Assim, a comunicação, mais do que informar, *“inspirou e ajudou a construir uma cultura*

organizacional baseada na corresponsabilidade e no pertencimento”.

Por fim, ao responder sobre o legado deixado no Parlamento, Cristiane Leitão declarou sentir *“uma alegria imensa e uma gratidão profunda”* por perceber os frutos do trabalho realizado. Ela destacou o Selo ALECE ESG como instrumento capaz de expandir a cultura de sustentabilidade para os municípios cearenses, incentivando gestões locais a adotarem práticas alinhadas aos pilares ambientais, sociais e de governança. A entrevistada mencionou ainda o reconhecimento nacional e internacional obtido pela Assembleia, incluindo a participação na COP em Dubai, ocasião em que o Parlamento cearense foi apresentado *“como exemplo de gestão pública alinhada aos princípios ESG”*. Conforme afirmou, *“o sentimento é de missão cumprida e a certeza de que abrimos caminho para uma nova forma de fazer política, mais ética, mais humana e mais sustentável”*.

4 3 SELO ALECE ESG

A análise das entrevistas, associada à documentação institucional consultada, revela que um dos resultados mais expressivos do processo de institucionalização do ESG na Assembleia Legislativa do Ceará foi a criação do Selo ALECE ESG, concebido como instrumento de estímulo, reconhecimento e difusão das práticas sustentáveis no setor público estadual. Idealizado no âmbito do Comitê de Responsabilidade Social e fortalecido durante a gestão da Presidência no biênio 2021–2024, o selo corresponde a uma estratégia estruturada para ampliar o alcance da agenda ESG para além das fronteiras administrativas do Parlamento, incorporando municípios e órgãos públicos ao movimento de transformação institucional.

O Selo Alece ESG foi desenvolvido com base na Resolução de Nº 766-2024, em critérios objetivos e alinhados aos três pilares fundamentais do conceito: Ambiental, Social e Governança. No eixo Ambiental, são avaliadas ações como uso eficiente da água, gestão consciente de resíduos, redução do desperdício, eficiência energética e projetos direcionados à mitigação dos impactos ambientais. No eixo Social, o selo considera iniciativas voltadas à inclusão, à equidade, ao fortalecimento de políticas sociais, à capacitação de servidores e à melhoria do atendimento ao cidadão. Já no pilar de Governança, são valorizadas práticas relacionadas à transparência, ética institucional, integridade administrativa, participação social e mecanismos de controle e prestação de contas. A partir da análise desses critérios, as instituições podem ser classificadas nos níveis Bronze, Prata ou Ouro, de acordo

com o grau de maturidade e efetividade das práticas implementadas.

O processo de avaliação para obtenção do selo utiliza uma metodologia de análise documental e comprovação prática que exige das instituições participantes o envio de relatórios técnicos, indicadores e evidências de execução das ações. Esse procedimento contribui para garantir a credibilidade do reconhecimento e incentiva os gestores a estruturar suas iniciativas de forma contínua e monitorada. Nesse sentido, o selo não se limita a conferir uma distinção simbólica; funciona como mecanismo orientador, capaz de estimular políticas públicas mais robustas, sistemáticas e alinhadas às boas práticas internacionais.

No primeiro ano de premiação, 12 municípios, entre 41 inscritos, atenderam aos critérios e atingiram pontuação necessária para receberem a premiação prata ou bronze. Na oportunidade, foram homenageados 17 servidores da Casa, que estiveram à frente da idealização do projeto.

4.4 A COMUNICAÇÃO COMO MECANISMO FUNDAMENTAL NO PROCESSO

Para compreender o papel da comunicação na consolidação da agenda ESG dentro da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), foi realizada uma entrevista com Giselle Dutra, que coordenou a Comunicação Social da Casa entre 2020 e 2024. Ao relatar os bastidores desse processo, ela destacou, assim como Evandro e Cristiane Leitão, que o ponto de virada ocorreu a partir da criação do Comitê de Responsabilidade Social, em março de 2021. Segundo Giselle, o desafio inicial era transformar o Legislativo em uma instituição *“mais transparente e próxima da população”*, o que exigiu uma atuação integrada entre setores e uma comunicação capaz de envolver todos os servidores.

Giselle explica que, apesar de a Alece já possuir um setor de Comunicação Interna, *“ele ainda era pouco utilizado no âmbito do poder público”*. Com o avanço da pauta de sustentabilidade, essa estrutura ganhou protagonismo e ajudou a difundir internamente os princípios do ESG. Ela lembra que a campanha “Eu Sou Alece 2030” foi um dos marcos dessa mobilização, gerando *“pertencimento e orgulho”* entre os servidores e preparando o terreno para a incorporação das metas dos 17 ODS na rotina institucional. *“A estratégia de comunicação utilizou de forma eficiente os veículos da Casa (Alece TV, Alece FM e Agência de Notícias) para garantir que as ações fossem amplamente divulgadas e compreendidas por todos”*, relata.

A coordenadora detalha que a integração entre ações internas e externas foi

fundamental para consolidar a imagem da Alece como referência nacional. *“As ações voltadas para o público interno e externo não competiam entre si, mas se complementavam”*, afirma. Uma das mudanças estruturais mais relevantes ocorreu na linha editorial dos veículos institucionais, que passaram a priorizar conteúdos voltados para o próprio Parlamento. *“Quem assiste ou escuta nossa rádio e TV quer saber o que acontece no Parlamento. Então, vamos dar notícias sobre o que o nosso público quer ver e ouvir. Não competir com os veículos comerciais”*, explica. Essa mudança reposicionou o jornalismo da Casa e aproximou a população das atividades legislativas.

Ao mesmo tempo, o CRS passou a promover uma agenda contínua de eventos e ações ligadas à sustentabilidade, o que chamou a atenção também de veículos de comunicação externos. Esse movimento, associado à revitalização das redes sociais da Alece, consolidou um novo padrão de linguagem, que Giselle descreve como *“simples, leve e necessária”*, capaz de tornar temas técnicos mais acessíveis. Todo esse esforço culminou no lançamento do “Selo Alece ESG”, iniciativa pioneira que reconhece ações socioambientais nos municípios cearenses e reforça a liderança institucional do Parlamento cearense na pauta.

A modernização da comunicação também envolveu reestruturações internas. Giselle destacou a criação da assessoria de comunicação institucional, responsável por conectar as assessorias dos diversos setores da Casa e organizar fluxos de informação. *“Grupos coordenados de WhatsApp ajudaram no relacionamento e facilitaram o trabalho”*, relata. A criação dos setores de publicidade, marketing e administração dentro da comunicação também foi fundamental para garantir padronização, prestação de contas das ações e maior eficiência na gestão burocrática. *“A comunicação social passou a praticar boa governança, não apenas divulgá-la”*, resume.

Sobre os desafios enfrentados, Giselle afirma que *“os maiores desafios e os maiores promotores das mudanças são as pessoas”*. A resistência de servidores acostumados a outro modelo de trabalho foi uma das principais barreiras. Convencer profissionais experientes a adotar novas práticas exigiu diálogo e persistência. Outro obstáculo foi o orçamento reduzido para comunicação externa, que demandou criatividade para produzir campanhas e materiais institucionais. Já as questões políticas, embora presentes, foram, segundo ela, *“menos complexas do que se imaginava, considerando a pluralidade de visões dentro de um parlamento”*. Ainda

assim, a coordenadora destaca que todas as dificuldades foram superadas com integração, estratégia e foco no propósito institucional.

4.5 O QUE DIZEM OS SERVIDORES

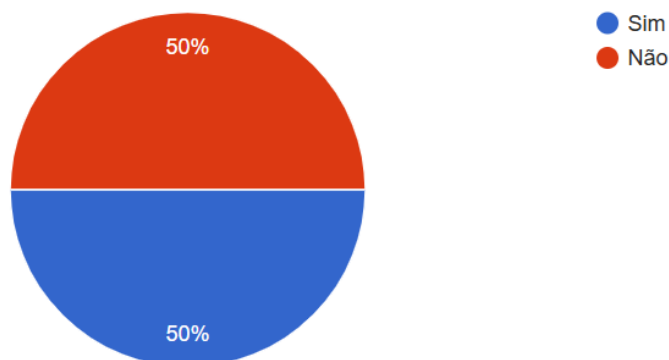
A pesquisa digital realizada por meio do Google Formulários contou com a participação de 20 servidores que atuaram na Assembleia Legislativa do Ceará entre 2020 e 2024 e que permanecem na instituição atualmente. O objetivo principal foi medir a percepção desses colaboradores sobre a implantação dos critérios ESG na Alece, avaliando o nível de conhecimento prévio, a relevância atribuída ao tema e os impactos percebidos no cotidiano institucional. O questionário foi composto por cinco perguntas-chave, cada uma direcionada a um eixo da compreensão sobre o processo de implementação.

Na primeira pergunta *“Você conhecia o termo ESG antes do mesmo ser implementado na Alece?”*, o resultado chama atenção pelo empate: 50% afirmaram já conhecer o conceito, enquanto os outros 50% o descobriram a partir da própria instituição. Esse equilíbrio sugere que, embora metade dos servidores já tivesse familiaridade com práticas de sustentabilidade e governança, a Alece desempenhou um papel importante de difusão e do tema internamente, atuando como agente formador e nivelador de conhecimento entre seus quadros.

Figura 3 – Pergunta 01

Você conhecia o termo ESG antes do mesmo ser implementado na Alece?

20 respostas

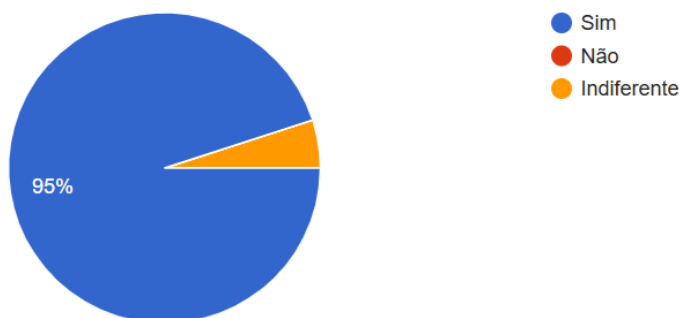


Sobre a segunda indagação, “*Você considera importante a Alece adotar os critérios ESG para nortear suas ações e projetos?*” houve praticamente uma unanimidade: 95% dos participantes consideram fundamental a adoção desses critérios, enquanto 1% se mostrou indiferente e nenhum entrevistado escolheu a opção “não”. O dado reforça a percepção de que o ESG não apenas é compreendido como um valor institucional relevante, mas também é reconhecido pelos servidores como um direcionador necessário para modernização, transparência e responsabilidade pública.

Figura 4 – Pergunta 02

Você considera importante a Alece adotar os critérios ESG para nortear suas ações e projetos?

20 respostas



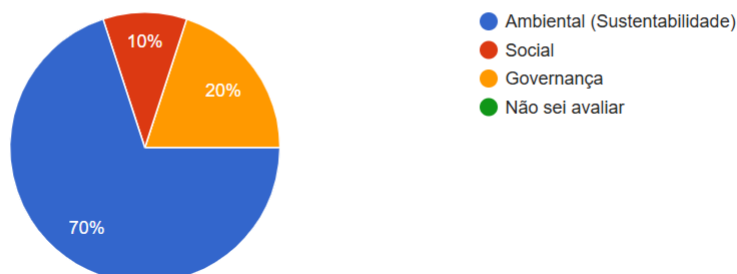
Quando questionados sobre “*Qual área do ESG a Alece mais avançou desde que implantou o modelo?*”, 70% dos servidores apontaram o eixo ambiental como o mais fortalecido. Esse resultado dialoga diretamente com iniciativas implementadas na Casa, como o projeto Ecoa e a participação da Alece em eventos internacionais como a COP. Outros 20% enxergam maior evolução na governança, enquanto 10% identificam o social como o eixo de destaque. A distribuição evidencia um reconhecimento mais expressivo das ações ambientais, embora avanços importantes nos demais pilares também sejam percebidos.

Figura 5 – Pergunta 03

Na sua percepção, qual a área em que a Alece mais avançou desde que implantou o ESG?

[Copiar gráfico](#)

20 respostas



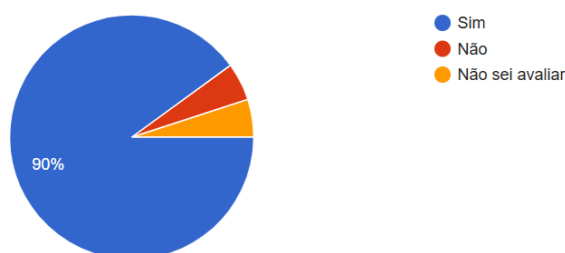
A avaliação prática sobre o cotidiano institucional apareceu na quarta pergunta: *“Na prática, você percebe mudanças positivas no cotidiano institucional desde que o ESG foi implantado?”*. Os números mostram que 90% dos servidores notaram alterações significativas no dia a dia da Alece após a adoção dos critérios ESG. Apenas 5% afirmaram não ter percebido mudanças, enquanto outros 5% se declararam indiferentes. O resultado demonstra que o ESG vem se materializando em práticas concretas que impactam o ambiente de trabalho e a cultura organizacional.

Figura 6 – Pergunta 04

Na prática, você percebe mudanças positivas no cotidiano institucional desde que o ESG foi implantado?

[Copiar gráfico](#)

20 respostas



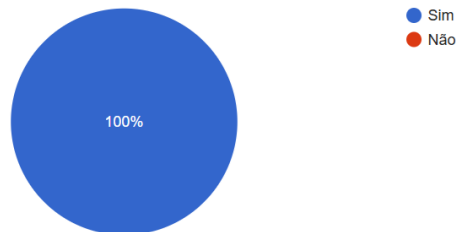
Por fim, a última pergunta: *“Você considera importante a Alece participar de eventos internacionais como a COP?”*, registrou unanimidade, com 100% dos servidores respondendo positivamente. Para os entrevistados, a presença da Alece em eventos globais reforça não apenas a visibilidade institucional, mas também o engajamento dos próprios servidores em iniciativas alinhadas às melhores práticas

mundiais de sustentabilidade, governança e responsabilidade social.

Figura 7 – Pergunta 05

Você considera importante a Alece participar de eventos internacionais como a COP?
20 respostas

 [Copiar gráfico](#)



5 CONSIDERAÇÕES

A incorporação dos critérios ESG, antes restritos ao setor privado, vem ganhando robustez no âmbito das instituições públicas brasileiras. Esse movimento é impulsionado tanto pelas demandas contemporâneas por maior transparência e ética quanto pela necessidade de consolidar modelos de gestão alinhados aos ODS. Nesse cenário, observa-se que o setor público já não pode mais se eximir de práticas que promovam sustentabilidade, inclusão e governança qualificada. A ampliação do ESG nas organizações governamentais demonstra maturidade institucional e reforça a centralidade da administração pública na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

A partir do estudo de caso da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), foi possível constatar que instituições públicas podem, sim, alcançar resultados expressivos ao aderirem às práticas ESG. A Alece, entre 2020 e 2024, mostrou que processos bem estruturados, acompanhados de liderança comprometida e projetos consistentes, como o Ecoa e o Selo Alece ESG, têm capacidade de influenciar políticas internas, impactar servidores e repercutir além das fronteiras do Legislativo estadual. Esse desempenho reforça que o setor público é perfeitamente capaz de promover ações concretas e transformadoras quando há planejamento e propósito.

Contudo, o estudo também revelou um aspecto fundamental: a adoção do ESG não se dá apenas por normativas e projetos, mas depende fortemente da comunicação. As entrevistas, especialmente a de Giselle Dutra, confirmam que a comunicação institucional atuou como mediadora entre a gestão, os servidores e a sociedade, ajudando a traduzir conceitos, reduzir resistências e gerar pertencimento.

Em um ambiente naturalmente marcado por rotinas consolidadas e certa resistência ao novo, a comunicação foi decisiva para mitigar estranhamentos iniciais e conectar o ESG ao cotidiano das pessoas.

A pesquisa realizada com servidores da Alece reforça essa percepção. Embora metade dos colaboradores não conhecesse o termo ESG antes de sua implementação, quase todos reconheceram a importância do modelo e perceberam mudanças positivas no ambiente institucional. Esses dados revelam que a comunicação cumpriu um papel educativo fundamental, nivelando o conhecimento interno e fortalecendo a compreensão coletiva sobre o propósito das ações implementadas.

Além disso, a comunicação exerceu um papel estratégico na projeção externa da Alece. A participação da instituição na COP 28 e as pautas positivas repercutidas na imprensa mostram que a comunicação, quando bem orientada, fortalece a reputação da instituição e legitima seus esforços no campo da sustentabilidade. O alinhamento entre discurso e prática contribuiu para consolidar a Alece como referência nacional em ESG no setor público, evidenciando que visibilidade e credibilidade são resultados diretos de uma comunicação transparente, orientada e coerente com as ações realizadas.

Outro aspecto relevante é que a comunicação também se apresentou como instrumento de governança. A reorganização da estrutura comunicacional, a integração entre setores, a definição de fluxos e a padronização editorial contribuíram para profissionalizar processos internos e garantir maior eficiência.

Diante do que foi analisado ao longo deste trabalho, fica evidente que a adoção dos critérios ESG nas instituições públicas é não apenas possível, mas necessária. Contudo, para que esse modelo tenha efetividade, é imprescindível que a comunicação institucional seja tratada como eixo estratégico, capaz de promover engajamento, fortalecer a imagem institucional e traduzir conceitos para a prática cotidiana.

O case da Alece demonstra que, quando comunicação e gestão caminham de forma integrada, as instituições públicas tornam-se mais eficientes, mais humanas e mais capazes de responder às demandas contemporâneas de responsabilidade social, ambiental e de governança. Assim, este estudo contribui para reforçar que a comunicação é pilar estruturante para que o ESG se consolide de maneira efetiva no setor público brasileiro.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Reúso de água na ALECE minimiza desperdício de recursos. **Portal do Servidor**, Fortaleza, 08 maio 2025. Disponível em: <https://portaldoservidor.al.ce.gov.br/noticias/reuso-de-agua-na-alece-minimiza-desperdicio-de-recursos>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Resolução nº 766, de 19 de junho de 2024. Institui o Selo ALECE ESG na Gestão Pública, no âmbito do Estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, ano XVI, n. 114, p. 110–112, 20 jun. 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Selo Alece ESG é entregue a 12 municípios em sua primeira edição. **Alece Notícias**. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/noticias/48278-selo-alece-esg-e-entregue-a-12-municipios-em-sua-primeira-edicao>. Acesso em: 17 nov. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Selo Alece ESG na Gestão Pública. **ESG Alece**. Disponível em: <https://esg.al.ce.gov.br/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRESEGHELLO, Fabíola Meira de Almeida *et al.* **ESG nas relações de consumo**. São Paulo: Editora Singular, 2022. 450 p. ISBN 978-6586352757.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Resolução nº 725, de 22 de setembro de 2021. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, ano XIII, n. 220, p. 146–147, 27 set. 2021.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Resolução nº 739, de 6 de abril de 2022. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, ano XIV, n. 77, p. 302–304, 8 abr. 2022.

DUARTE, J. Instrumento de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

ESCALERAS, M.; LIN, S.; REGISTER, C. **Freedom of information acts and public sector corruption**. *Public Choice*, Leiden, v. 145, n. 3, p. 435–460, 2010.

FACCIOLI, Franca. **Comunicazione pubblica e cultura del servizio**. Roma: Carocci, 2000.

G1 – ECONOMIA. **Governo publica norma que exige eficiência energética mínima em novas construções**. 30 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/09/30/governo-publica-norma-que-exige-eficiencia-energetica-minima-em-novas-construcoes.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2025.

G1 – POLÍTICA. **Brasil lidera coalizão para mercado de carbono.** 07 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2025/11/07/brasil-lidera-coalizao-para-mercado-de-carbono.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2025.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lula na cúpula do clima:** “É hora de encarar a realidade e decidir se teremos coragem e determinação para transformá-la”. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/lula-na-cupula-do-clima>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. **Cartilha ESG e a gestão pública:** uma visão geral. Brasília: Secretaria de Auditoria Interna (AUDIN/MPU), 2023.

PETROBRAS. **Relatório de Sustentabilidade 2020.** Rio de Janeiro: Petrobras, 2021. Disponível em: <https://www.petrobras.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). **Programa TCU+Sustentável:** gestão socioambiental e governança sustentável. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/sustentabilidade>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ZÉMOR, P. Como anda a comunicação pública? **Revista do Serviço Público Brasileiro**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 189–195, 2009. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/21>. Acesso em: 11 nov. 2025.